

Ensino técnico e ensino do empreendedorismo: Uma investigação das influências das estruturas organizacionais

 **Brusco, Eduardo Migliorini**

 **Casagrande, Elton Eustáquio**

Ensino técnico e ensino do empreendedorismo: Uma investigação das influências das estruturas organizacionais

Revista Tempos e Espaços em Educação, vol. 16, núm. 35, e18773, 2023

Universidade Federal de Sergipe

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570274334009>

DOI: <https://doi.org/10.20952/revtee.v16i35.18773>

Revista Tempos e Espaços em Educação 2023



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional.

Ensino técnico e ensino do empreendedorismo: Uma investigação das influências das estruturas organizacionais

Technical education and entrepreneurship teaching: An investigation of the influences of organizational structures

Educación técnica y enseñanza del emprendimiento: Una investigación de las influencias de las estructuras organizacionales

Eduardo Migliorini Brusco¹

Universidade Estadual Paulista, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-4313-9550>

Elton Eustáquio Casagrande¹

Universidade Estadual Paulista, Brasil

elton.eustaquio@unesp.br

 <https://orcid.org/0000-0003-4523-6802>

Revista Tempos e Espaços em Educação,
vol. 16, núm. 35, e18773, 2023

Universidade Federal de Sergipe

Recepción: 13 Noviembre 2022

Aprobación: 12 Enero 2023

Publicación: 16 Febrero 2023

DOI: <https://doi.org/10.20952/revtee.v16i35.18773>

Resumo: O presente artigo buscou investigar as influências das estruturas organizacionais no ensino técnico voltado ao desenvolvimento de habilidades empreendedoras, destacando três principais aspectos, as práticas e metodologias de ensino mais adequadas, formação e capacitação dos professores envolvidos no projeto e características administrativas que incentivam e fomentam a prática do empreendedorismo. Para alcançar o objetivo proposto foi utilizada a metodologia qualitativa, buscando aprofundamento da compreensão organizacional através da revisão da literatura pertinente ao tema. Como critério de seleção dos artigos que contribuíram para o corpo teórico, destaca-se a preocupação na busca de artigos recentes, publicados em periódicos internacionais relevantes, de nacionalidades diversas, sem desprezar trabalhos mais antigos notadamente importantes. Como contribuições, destaca-se a discussão quanto às práticas de ensino voltadas ao desenvolvimento de habilidades empreendedoras, a necessidade da oferta de experiências por parte das instituições e a importância de envolver a sociedade como um todo no programa de ensino.

Palavras-chave: Educação técnica, Educação empreendedora, Estruturas organizacionais, Empreendedorismo.

Abstract: This article sought to investigate the influences of organizational structures in technical education aimed at the development of entrepreneurial skills, highlighting three main aspects, the most appropriate teaching practices and methodologies, training and training of teachers involved in the project and administrative characteristics that encourage and promote the practice of entrepreneurship. To achieve the proposed objective, the qualitative methodology was used, seeking to deepen organizational understanding through the review of the literature pertinent to the theme. As a criterion for the selection of articles that contributed to the theoretical body, we highlight the concern in the search for recent articles, published in relevant international journals, of various nationalities, without neglecting no longer important older works. As contributions, we highlight the discussion about teaching practices aimed at the development of entrepreneurial skills, the need to offer experiences by institutions and the importance of involving society as a whole in the teaching program.

Keywords: Technical education, Entrepreneurial education, Organizational structures, Entrepreneurship.

Resumen: Este artículo inquirió investigar las influencias de las estructuras organizacionales en la educación técnica dirigida al desarrollo de habilidades emprendedoras, destacando tres aspectos principales, las prácticas y metodologías docentes más adecuadas, la capacitación y formación de los docentes involucrados en el proyecto y las características administrativas que fomentan y promueven la práctica del emprendimiento. Para lograr el objetivo propuesto, se utilizó la metodología cualitativa, contemplando profundizar la comprensión organizacional a través de la revisión de la literatura pertinente al tema. Como criterio para la selección de artículos que contribuyeron al cuerpo teórico, destacamos la preocupación en la búsqueda de artículos recientes, publicados en revistas internacionales relevantes, de diversas nacionalidades, sin abandonar ya no importantes trabajos antiguos. Como aportes, destacamos la discusión sobre las prácticas docentes orientadas al desarrollo de habilidades emprendedoras, la necesidad de ofrecer experiencias por parte de las instituciones y la importancia de involucrar a la sociedad en su conjunto en el programa de enseñanza.

Palabras clave: Educación técnica, Educación empresarial, Estructuras organizacionales, Emprendimiento.

INTRODUÇÃO

O tema da educação empreendedora ganhou maior importância na segunda metade da década de 2010, em boa parte graças a reestruturação das bases curriculares da educação básica, proposto pelo documento normativo Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018).

A partir de 2016, as reformas econômicas compreendidas no âmbito das alterações da legislação trabalhista, previdenciária e da liberdade econômica criaram um ambiente diferente no mercado de trabalho e incentivaram a visão intertemporal para indivíduos e famílias. Isso quer dizer um comportamento mais parcimonioso com a renda presente, uma vez que, as regras para aposentadoria e dos contratos de trabalho alteraram a forma jurídica que regulava as relações entre trabalhadores e empresas.

A noção intertemporal significa criar condições econômicas para a sobrevivência e manutenção de um padrão de vida idealizado no longo prazo, o que requer um planejamento melhor e mais consciente quanto ao uso da renda e riqueza corrente e futura, através da poupança.

A primeira reforma da década de 2010 relevante ao tema deste trabalho foi a de 2017, seguida da reforma previdenciária em 2019. No mesmo ano, a “Declaração dos Direitos de Liberdade Econômica” modernizou as condições que propiciam a criação de empresas.

É nesse contexto legal e educacional que é possível reler o significado do empreendedorismo, enquanto um propósito a ser assimilado pela sociedade. O conceito de empreendedorismo foi e tem sido empregado ao longo da década para reforçar um comportamento de maior propósito com relação à organização da vida econômica de indivíduos e famílias.

A proposição de itinerários formativos concebido pela BNCC no ensino médio se apresenta como veículo relevante para discussão acadêmica, frente às alterações dos marcos regulatórios das reformas trabalhista, previdenciária e de liberdade econômica mencionadas acima.

O veículo formativo itinerário na temática de empreendedorismo é associado ao que se denomina de educação empreendedora. A educação empreendedora é uma ferramenta importante para motivar os jovens do ensino médio a buscar uma reflexão sobre a sua própria condição de egresso, em meio à formação escolar bastante consolidada no Brasil.

As associações da temática do empreendedorismo com problemas sociais, como o desemprego ou com a importância mais ampla do crescimento econômico são frequentemente citadas (Jabeen, Katsioloudes, & Katsioloudes, 2017; Meyer & Surujlal, 2018). Com os efeitos da pandemia sobre a demanda e oferta de trabalho, reflexões sobre o caráter educacional para a independência do indivíduo se somaram ao debate (Sommarström, Oikkonen, & Pihkala, 2020).

Essas associações são estabelecidas porque a educação empreendedora tem por objetivo disseminar a cultura do empreendedorismo e da inovação em processos produtivos, através da transmissão de habilidades (Karimi, Chizari, Biemans, & Mulder, 2010). Ela também é compreendida como veículo de mediação entre a cultura e a intenção empreendedora (Mukhtar, Wardana, Wibowo, Narmaditya, & Cheng, 2021).

Na política de Estado, o Ministério da Educação (MEC) destaca o papel das instituições de educação profissional e tecnológica, que tem como finalidade preparar os alunos para o exercício de profissões, contribuindo para que o estudante possa se inserir e atuar no mundo do trabalho (Educação Profissional e Tecnológica, 2018).

Apesar de existir sistemas educacionais com foco no empreendedorismo, identifica-se lacunas no meio social, como: 1) As dificuldades setoriais e de empreendimentos familiares em se tornarem de fato formalizados (Tomei & Souza, 2014); 2) Ausência de competências empreendedoras para identificar oportunidades de negócio, estabelecer relacionamentos interpessoal adequado e visão estratégica do indivíduo com relação ao seu empreendimento, em meio à concorrência (Rocha Júnior, 2016); 3) Necessidade de desenvolver a intenção empreendedora e utilizar a visão de mundo, construída através da educação, para fomentar os próprios anseios e buscas pela independência (Santiago & Roxas, 2015).

Como forma de contribuir com a reflexão sobre a educação empreendedora e sua articulação com o itinerário, objetiva-se neste trabalho analisar a constituição organizacional necessária às estruturas do ensino médio frente aos propósitos e desenvolvimento de jovens empreendedores.

A hipótese do trabalho é que a concepção da educação empreendedora e os itinerários de um lado, e as demandas sociais de outro, não se conectam automaticamente, mas devem ser mediadas por estruturas organizacionais específicas.

Para atingir este objetivo, discute-se na seção 2 os principais aspectos da teoria do empreendedorismo que levam à compreensão dos atributos que podem ser potencializados através do ensino. Na seção 2.1 apresenta-se uma visão do tema de educação empreendedora e identificam-se as premissas à boa prática do ensino, do perfil do professor, do papel do aluno, com metodologias e aplicações. Na seção 3 se analisa como a adequação organizacional funciona como um elo importante entre a teoria e educação empreendedora. Essa última seção está subdividida em: 3.1) Prática de ensino; 3.2) Estrutura física; 3.3) Estrutura administrativa, que ao serem todas coordenadas na direção das necessidades do itinerário asseguram uma condição melhor ao desenvolvimento da educação empreendedora.

Na seção 4, observações finais, reúne-se elementos que contribuem para o entendimento e a proposição de avanços na temática organizacional e educação empreendedora.

A metodologia é qualitativa e argumentativa, pois se baseia no aprofundamento da compreensão da forma organizacional que

assegura o êxito do ensino empreendedor (Gerhardt & Silveira, 2009).

A adequação dos artigos selecionados à temática partiu de uma busca orientada com relação a seleção de trabalhos com o enfoque organizacional e de educação empreendedora perspectiva do itinerário em empreendedorismo, em particular na seção 3.

Utilizou-se quatro critérios para a seleção dos trabalhos que foram revisitados. O primeiro refere-se a data das publicações, que contemplou o período de 2011 e 2022 em sua grande maioria. O segundo procurou combinar palavras-chave relacionadas a: 1) “Educação Empreendedora e Organizações”; 2) “Ensino do Empreendedorismo”; 3) “Empreendedorismo” 4) “Teoria Empreendedora” para a escolha dos artigos. O terceiro critério buscou identificar estudos que tivessem como método o enfoque quantitativo, em particular, no tratamento dos resultados obtidos através de entrevistas e questionários com evidências e sustentação empíricas dos argumentos propostos. Por último, a seleção equilibrada entre trabalhos nacionais e internacionais para que a reflexão pudesse contar com experiências geográficas mais amplas.

A TEORIA DO EMPREENDEDORISMO

O campo de pesquisa em empreendedorismo ganhou espaço nos últimos 30 anos, dada a produção voltada a diversos aspectos e desafios que resultaram em um núcleo de investigação científica teórico e empírico (Kenworthy & McMullan, 2018) e metodológico (Klein, 2008).

Kenworthy e McMullan (2018) revisaram contribuições de várias publicações, em seis relevantes periódicos internacionais. Os resultados mostraram que as contribuições tiveram um expressivo aumento na orientação teórica, o que indica uma maior consolidação metodológica para a área do empreendedorismo, segundo os autores.

O incremento teórico não está concentrado em apenas um grupo pequeno de teorias, mas em subconjuntos. Foram identificadas 73 teorias anunciadas pelos autores nos artigos sendo as mais comuns a teoria da agência, capital humano e visão baseada em recursos, capital social, institucional, hierarquia, entre outras (Kenworthy & McMullan, 2018).

Um outro recorte sobre a revisão dos autores acima, permitiu a identificação dos campos de pesquisa a que cada uma das 73 teorias testadas pertencia. Os autores classificaram os 73 trabalhos em 13 principais campos, distribuídos da seguinte maneira: cerca de 60% pertencia à área do empreendedorismo; 10% à área da economia; 10% à área da psicologia; e seguindo com porcentagens mais baixas, ocorreram registros nos campos da gerência estratégica, sociologia, psicologia social, administração, marketing, empresas familiares, comunicação, matemática, biologia, filosofia, finanças, inovação, gerenciamento operacional e ciência política.

Na revisão da literatura feita por Simpeh (2011), o autor havia categorizado quatro principais teorias sobre empreendedorismo: 1)

Teoria Econômica do Empreendedorismo; 2) Teoria Psicológica do Empreendedorismo; 3) Teoria Empreendedora baseada na oportunidade; e 4) Teoria Empreendedora baseada em recursos.

A teoria econômica do empreendedorismo encontra raízes nas teorias clássica, neoclássica e na escola austríaca. A teoria clássica, pautada no livre mercado, especialização e competição de Smith (1776), descreveu o papel do empreendedor como empresário preocupado na produção, distribuição e na competição do mercado.

Da escola austríaca, Schumpeter (1934) trata do empreendedor como ator principal do mercado, tendo nas inovações de produtos e serviços a força de alterar o mercado e, por conseguinte, a economia. Tal abordagem diverge da teoria neoclássica, que se baseia na competição perfeita. Já Schumpeter colocava as capacidades interpretativas e inventivas do empreendedor como pivô da competição.

Simpeh (2011) situa o campo de estudo do empreendedorismo aquele que dá ênfase à análise do indivíduo, intituladas teorias psicológicas do empreendedorismo. Nessa abordagem, o foco consiste em um conjunto de características que definem o empreendedorismo como necessidade de conquista, autocontrole, capacidade de aceitar riscos e de inovação, entre os principais aspectos.

Na discussão dentro da abordagem psicológica, que se refere à origem das capacidades ou habilidades são apresentadas duas perspectivas: a primeira aponta as qualidades como traços inerentes à natureza de alguns indivíduos, características próprias e inatas; a segunda, trabalha com o treinamento e desenvolvimento de competências e aprimoramento do comportamento empreendedora (Coon, 2004; Rotter, 1966; McClelland, 1961).

O terceiro campo apresentado na revisão de Simpeh (2011) é o da teoria sociológica do empreendedorismo, que busca compreender o empreendedorismo através do contexto social em que o agente ou a decisão foi tomada. Reynolds (1992) define quatro principais contextos sociais: relação interpessoal, momento de vida, identificação étnica e ecossistema populacional.

As relações interpessoais têm, portanto, um importante papel devido a parcerias, trocas de experiências e conhecimento ampliado que permitem através da vivência. O momento de vida também é uma variável muito importante para definir o comportamento empreendedor — estabilidade financeira, carreira e estrutura familiar interferem diretamente na tomada de decisão (Landstrom, 1999; Reynolds, 1992).

Quanto à identificação étnica, são apontados como influenciadores o ambiente em que se vive, o contato com outras pessoas e as oportunidades que a sociedade em que o agente está inserido apresenta. Por fim, é levado em consideração o sistema de relações e leis em que esse agente está inserido, o sistema político, leis em seus mais diversos âmbitos, relações de consumo, competição, entre outros.

A teoria antropológica do empreendedorismo, quarta perspectiva do trabalho, é conceituada então apresentada por Simpeh (2011, p. 4):

Cultural practices lead to entrepreneurial attitudes such as innovation that also lead to venture creation behavior. Individual ethnicity affects attitude and behavior (Baskerville, 2003) and culture reflects particular ethnic, social, economic, ecological, and political complexities in individuals (Mitchell et al., 2002a). Thus, cultural environments can produce attitude differences (Baskerville, 2003) as well as entrepreneurial behavior differences (North, 1990; Shane 1994).

O quinto aspecto de Simpeh (2011) é a teoria do empreendedorismo com base na oportunidade, tendo como principais nomes Peter Drucker (1985) e Stevenson e Harmeling (1989), que propõem que o empreendedor está em busca da oportunidade de causar uma mudança, seja na tecnologia, na preferência dos consumidores, ou criando algo, evidenciando a diferença em relação ao administrador, que controla recursos já previstos e existentes segundo Stevenson e Harmeling (1990).

Por fim, a teoria do empreendedorismo com base em recursos, que por sua vez pode ser dividida em subgrupos com base nos recursos relacionados, por exemplo, financeiro, capital social, capital humano, entre outros (Chandler & Hanks, 1998; Shane, & Venkataraman, 2000).

De modo geral, as teorias com base em recursos pressupõem que a ação empreendedora tem relação direta com a disposição do recurso em questão. A teoria do empreendedorismo do capital humano, por exemplo, relaciona dois fatores: a educação e a experiência.

O conhecimento adquirido através do estudo e as experiências vividas agregam ao capital humano, que por sua vez desenvolve um olhar diferenciado de identificação e exploração de oportunidades (Chandler & Hanks, 1998; Shane & Venkataraman, 2000).

Essa relação foi descrita também através de estudos empíricos que indicaram acréscimo do reconhecimento de oportunidades, a relação positiva entre capital humano e capacidade empreendedoras, e ainda o sucesso desses empreendedores (Davidson & Honig, 2003).

No trabalho de Klein (2008) há uma similaridade com o segundo entendimento de Simpeh (2011). Klein (2008) simplifica as divisões para tratar o tema, e propõe três focos. São eles: 1) Ocupacional; 2) Estrutural; 3) Funcional.

O conceito ocupacional trata do empreendedor como seu próprio empregador, alguém que toma a decisão de deixar de ser empregado e criar seu próprio negócio. A visão estrutural julga empreendedora uma estrutura/firma, não necessariamente uma pessoa ou ação, e é comumente usada para designar firmas novas, conceito muito usado na literatura sobre dinâmica industrial e crescimento da firma Klein (2008).

A concepção pertinente à esta abordagem é a funcional, pois conceitualmente é associável ao caráter empreendedor dos indivíduos. A abordagem funcional, na leitura de Klein (2008) está presente em trabalhos dos autores da escola austríaca de economia — Schumpeter,

Knight, Mises, entre outros. Mas, é através de Schumpeter (1934) e, mais especificamente, de Kirzner (1973) que este conceito se tornou operacional.

Kirzner (1973) ao investigar as relações de formação de preço e equilíbrio de mercado se posiciona contrário aos modelos de competição anteriormente propostos, indicando que a principal falha consiste na ausência do agente empreendedor.

Segundo o autor, o empreendedor tem um papel fundamental na formação de preços e processos do mercado. O empreendedor é apresentado então como alguém capaz de aprender com os movimentos do mercado e especificamente, identificar oportunidades de lucro (Kirzner, 1973, p.14.).

Ao definir a natureza do empreendedor, evidencia que o papel desempenhado por ele deve ser diferenciado do capitalista e do gerente e que sua natureza se manifesta na ação individual, que leva em consideração as teorias de maximização e alocação eficiente, no entanto para tomada de decisão é adicionado o “extraeconomic entrepreneurial element”, como mencionado pelo autor (Kirzner, 1973, p.31)

A abordagem funcional do empreendedorismo expressa-se por um conjunto de capacidades, como julgamento ou discernimento, inovação, capacidade de coordenação e criatividade reunidas na ação individual (SCHUMPETER, 1934; MALHEIROS; FERLA; CUNHA, 2003).

Com esse enfoque, possibilita-se idealizar a ação empreendedora como a criação de uma atividade econômica com capacidade empregatícia, ocupação liderada por conta própria e comportamentos que promovam melhorias de processo produtivo, administrativo ou de busca por oportunidades dentro de pequenas e grandes empresas, ou até mesmo de maneira individual (KLEIN, 2008, p.177)

O conceito funcional é associado à análises de autores mais recentes, que reuniram um conjunto de qualidades como: 1) Capacidade de decisão; 2) Julgamento eficaz ou discernimento da realidade; 3) Criatividade aplicada à negócios; 4) Comportamento de liderança; 5) Percepção de oportunidades (Dolabela, 2008; Filion, 1999). Esses atributos têm verossimilhança ao conjunto de habilidades e competências da BNCC (2018).

EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

A educação empreendedora pode ser definida como um conjunto de treino e atividades, que tenta desenvolver em seus participantes a intenção empreendedora, assim como os conhecimentos que envolvem este campo (Afriyie & Boohene, 2014).

Neck e Corbett (2018) definem a Educação empreendedora como o desenvolvimento de capacidades cognitivas, habilidades e a prática necessária para iniciar novos empreendimentos. A educação empreendedora engloba tanto tópicos relacionados ao empreendedorismo, quanto conhecimentos relacionados a empresas Deveci (2021). E o entendimento de que os conceitos de

empreendedorismo e educação empreendedora estão cada vez mais recorrentes nos currículos educacionais de diversos países (Deveci & Seikkula-Leino, 2018; Lopes, 2010).

É preciso ainda fazer uma diferenciação entre a educação empreendedora, como exemplificada a cima e a educação sobre empreendedorismo, que tem maior ênfase conceitual e interesse em definições e com uma característica mais formal e histórica (Haase & Lautenschläger, 2011).

O desenvolvimento da educação empreendedora requer uma integração efetiva de recursos dentro do espaço escolar e agregação de recursos externos à escola como meio de estabelecer uma reciprocidade (Liu, Huo, He, Zuo, Qiu, & Zhao, 2021, p.4).

Um exemplo de interação de recursos internos e externos é de Gianotti e Silva (2019), que define a educação empreendedora como programas pedagógicos ou processo de ensino-aprendizagem que desenvolvem atitudes e habilidades empreendedoras. Nas experiências do ensino técnico a ênfase em vivências e práticas de trabalho seja em ambiente produtivo ou simulados, através de parcerias e instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional potencializam a intenção empreendedora dos jovens.

A metodologia e a prática na modalidade da educação empreendedora diferem da tradicional (Lopes, 2010; Dolabela & Fillion, 2013; Lima, Lopes, Nassif, & Silva, 2015), principalmente em relação ao papel do professor, como detentor de todo conhecimento, e do aluno como espectador. Logo, o aluno deve ganhar o papel de protagonista (DOLABELA; FILION, 2013).

Schaefer e Minello (2016) em relação aos principais aspectos da educação empreendedora destaca: a natureza da educação empreendedora, a educação centrada no aluno, as metodologias e práticas, e a função do professor nesse processo.

Quanto à sua natureza, é destacada a ênfase no processo, a formação integrada, interdisciplinar e transversal, além da aprendizagem pela ação, experimentação, contextual e cooperativa. A respeito dos métodos, é apontado que o processo de aprendizado deve estar diretamente ligado ao mundo real, contando com atividades extracurriculares que coloquem o aluno em contato com a sociedade em seu entorno e possibilitando a vivência e a interatividade (Schaefer & Minello, 2016).

Quanto ao professor, é esperado que tenha um perfil visionário e realizador (Lima, Hashimoto, Melhado, & Rocha, 2014), que proporcione uma formação prática e organize os objetivos da aprendizagem junto aos alunos.

Logo, o professor, ao tomar essa posição de facilitador, permite que o aluno ganhe o centro do processo, devendo ele buscar autonomia e o desenvolvimento de suas metas pessoais dentro do ensino do empreendedorismo, sendo capaz de expor suas ideias (Seikkula-Leino, Ruskovaara, Ikavalko, Mattila, & Rytkola, 2008).

Para Huq e Gilbert (2017) isso exige que a escola esteja preparada para oferecer as condições de ensino necessárias, incluindo o corpo docente em condições de desenvolver a metodologia adequada. O

papel do professor é, principalmente, de mediação (LIMA et al. 2014). Esse deve ainda ter um perfil que oscila entre visionário ou realizador, com menor ênfase no papel de executor, ou seja, um cumpridor de exigências (Lima et al., 2014).

Na visão dos autores (Schaefer & Minello, 2016), uma grande porção dos professores que assumem a responsabilidade de lecionar empreendedorismo muitas vezes não têm conhecimento na área ou contato com as práticas adequadas, e são sinalizados como executores, uma vez que têm preocupação em cumprir as exigências de seu cargo.

CONTRIBUIÇÕES DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS APLICADOS

A estrutura da contribuição desta seção está baseada em sete artigos da base scopus, com o algoritmo: “organization & teaching; education & entrepreneurship; entrepreneurship & education”. O conceito de estrutura organizacional adotado é o de Chandler (1962), ou seja, uma construção que demonstra como é realizada a administração da empresa e como se dão suas relações internas e externas.

Essa preocupação com a estrutura organizacional é a soma de dois fatores, o primeiro são as evidências da importância da estrutura organizacional como catalisador de ações empreendedoras dentro da organização, somado ao referencial teórico sobre educação empreendedora que indica uma série de necessidades para promoção da efetiva aprendizagem.

Quanto à influência da estrutura organizacional, Nielsen, Babi, Stojanović-Aleksić e Nikolić (2019) afirma que a capacidade e atividade empreendedora dos funcionários tende a ser mais ativa em estruturas organizacionais mais flexíveis e orgânicas. Bierwerth, Schewns, Isidor, & Kabst (2015) aponta que dentre os fatores que influenciam na ação empreendedora a arquitetura organizacional exerce forte influência e essa ação é importante, pois, os dados apontam que a atividade intraempreendedora desenvolvida por funcionários é a fonte de muitos ganhos para as empresas Gawke, Gorgievski e Bakker (2017).

No trabalho de Boon, Van Der Klink e Janssen (2013) verifica-se que as capacidades intraempreendedoras no setor educacional exercem papel fundamental para o comportamento empreendedor, principalmente no sentido de tomada de risco e inovação. Para Huq e Gilbert (2017) a partir da organização escolar que favoreça o ambiente empreendedor, o processo de aprendizagem passa a induzir o aluno a pensar e agir como empreendedor, de maneira que as ações de fazer, errar, corrigir e criar passam a ser comuns às suas práticas.

Bani-Mustafa, Toglaw, Oualid e Nimer (2021, p. 13) apresenta evidências empíricas da importância dos aspectos organizacionais. Segundo os autores:

The results also show that both groups of faculty members (i.e., low versus high industry experience) think that organizational competitive aggressiveness, organizational proactivity, organizational innovativeness, and

organizational risk-taking are important to the organization's entrepreneurial orientation.

Al-Lawati, Kohar e Suleiman (2022) destaca a importância do perfil organizacional para a disseminação da cultura empreendedora, destacando o papel das instituições de ensino e ainda ressaltando que essa educação pode acontecer através de cursos, oficinas e palestras.

Kowang, Apandi, Hee, Fei, Saadon & Othman (2021) faz uma crítica à estrutura conteudista dos programas de educação empreendedora na Malásia, pois através de um estudo econométrico, chegou a conclusão que a educação empreendedora tem uma baixa taxa de correlação com a intenção de empreender, e sugere que isto está diretamente relacionado, fato da falta de oportunidades de vivência empreendedora e excesso de preocupação com conteúdo teórico.

Em relação à estrutura organizacional das instituições de ensino técnico, em especial aquelas de campo, como técnico em agropecuária, Artoni (2012) define dentre quatro elementos essenciais: 1) Educação no campo; 2) Estrutura escolar; 3) Gestão participativa; 4) Parcerias externas.

Tendo em vista esses apontamentos, a estrutura organizacional da instituição de ensino que busca desenvolver capacidades empreendedoras será avaliada em três aspectos: I- Práticas de Ensino e II - Estrutura.

É importante ressaltar que o perfil empreendedor de uma organização de acordo com Miller (1983), é outorgado à organização que se encoraja em inovar seus produtos e serviços ou mercados, empreende com deliberado risco e age de forma proativa perante seus concorrentes e mercado.

PRÁTICAS DE ENSINO

As práticas para o ensino do empreendedorismo têm suas características específicas, em especial é chamada a atenção para prática e experimentação durante esse processo de aprendizagem (Lopes, 2010; Dolabela. Filion, 2013; Lima et al., 2015). Para ilustrar de maneira mais acessível, Dolabela (2008) elencou as principais diferenças entre a educação convencional e a educação empreendedora, ou menos como ela deveria ser.

Como características da educação convencional, o autor elenca a ênfase no conteúdo, currículo e conteúdo programático rígidos, ênfase no pensamento analítico, preocupação com conhecimento teórico e abstrato entre outros. Em contraposição, a educação empreendedora é caracterizada pela ênfase no processo de aprender, currículo flexível e aberto a intervenções pela necessidade do grupo, prioridade na autoimagem, conjecturas e pensamentos divergentes vistoso como parte do processo criativo, valorização do conhecimento prévio do aluno, erros como uma fonte de conhecimento e o relacionamento entre professor e alunos como de fundamental importância.

Nassif, Amaral e Prando (2012) reforçam a importância da educação empreendedora de maneira que simulem a aprendizagem prática através de situações como empresas juniores, vistas técnicas e, até mesmo, a criação de grupos de estudos por áreas de interesses que estimulem a pesquisa em inovação e tecnologia, valorizando a reflexão e a discussão, preparando os estudantes para o mercado de trabalho.

Lima et al. 2014, ao se referir às práticas de ensino empreendedor de instituições de ensino superior elenca uma série de apontamentos organizacionais que contribuem com essa intenção. O primeiro aspecto que o autor chama atenção, é que qualquer curso, disciplina ou programa voltado ao assunto empreendedorismo, não deve se limitar a tratar apenas da criação de novos negócios, é mais valiosa a preocupação em desenvolver habilidades que possam ser úteis em um futuro negócio.

Dolabela (2008), mais voltado à prática e menos ao conteúdo, sugere explorar a interdisciplinaridade e a transversalidade do ambiente acadêmico (Lima et al., 2014; Tschá & Cruz Neto, 2014).

Rocha e Freitas (2014), resumindo as boas práticas para ensino do empreendedorismo, apresentam métodos, técnicas e recursos e suas aplicações. De modo geral, os métodos são bem variados e buscam envolver atividades individuais e coletivas, na busca de desenvolver capacidades através de reflexão e compartilhamento de ideias. São exemplos apresentados pelos autores: Visitas e contatos com empresas; Plano de Negócios; Estudos de Caso; Incubadoras; Competições de planos de Negócios; Jogos de empresas e simulações, entre outros.

Rocha e Freitas (2014) procuram explicar cada um desses métodos e ressaltar a importância em se desenvolver habilidades e competências, tornando o conteúdo uma base para o desenvolvimento, mas não enquanto elemento exclusivo de ensino.

Os métodos apresentados por Rocha e Freitas (2014) também estão presentes em trabalhos de outros autores. O exercício de incubadoras pode também ser observado nos trabalhos de Gimenez, Camargo, Moraes, e Klosowski (2014), Oliveira e Barbosa (2014), e Marinho (2016); a criação de empresas e produtos em Marra, Albrecht e Souza (2014); os grupos de discussão, eventos e contato com outros empreendedores em Lopes (2010), Hashimoto (2013), Tschá e Cruz Neto (2014), como evidenciado pelo próprio autor, e também por Schaefer e Minello (2016).

Procurando oferecer mais suporte ao que foi proposto por Rocha e Freitas (2014), retoma-se ao que está proposto na Nova Base Nacional Comum Curricular, previsto na Lei 13.415 (2017), em especial em relação às chamadas Unidades Curriculares:

Unidades Curriculares são elementos com carga horária pré-definida cujo objetivo é desenvolver competências específicas, seja da formação geral básica, seja dos itinerários formativos [...] escolas podem escolher criar unidades que melhor respondam aos seus contextos e às suas condições, como projetos, oficinas, atividades práticas contextualizadas, entre outras situações de trabalho (Guia de Implementação, 2018, p.14).

Sendo assim, o MEC elenca possíveis Unidades Curriculares e suas aplicações, que estão apresentadas no Quadro 1, muito semelhantes com boa parte das metodologias propostas por Rocha e Freitas (2014), tanto em sua execução quanto em suas aplicabilidades para o ensino.

Quadro 1

Unidades Curriculares e suas Aplicações

Unidades Curriculares	Aplicações
Laboratórios	supõem atividades que envolvem observação, experimentação e produção em uma área de estudo e/ou o desenvolvimento de práticas de um determinado campo (línguas, jornalismo, comunicação e mídia, humanidades, ciências da natureza, matemática etc.).
Oficinas	espaços de construção coletiva de conhecimentos, técnicas e tecnologias, que possibilitam articulação entre teorias e práticas (produção de objetos/equipamentos, simulações de “tribunais”, quadrinhos, audiovisual, legendagem, fanzine, escrita criativa, performance, produção e tratamento estatístico etc.).
Clubes	agrupamentos de estudantes livremente associados que partilham de gostos e opiniões comuns (leitura, conservação ambiental, desportivo, cineclube, fã-clube, fandom etc.).
Núcleos de criação artística	desenvolvem processos criativos e colaborativos, com base nos interesses de pesquisa dos jovens e na investigação das corporalidades, espacialidades, musicalidades, textualidades literárias e teatralidades presentes em suas vidas e nas manifestações culturais das suas comunidades, articulando a prática da criação artística com a apreciação, análise e reflexão sobre referências históricas, estéticas, sociais e culturais (artes integradas, videoarte, performance, intervenções urbanas, cinema, fotografia, slam, hip hop etc.).
Observatórios	grupos de estudantes que se propõe, com base em uma problemática definida, a acompanhar, analisar e fiscalizar a evolução de fenômenos, o desenvolvimento de políticas públicas etc. (imprensa, juventude, democracia, saúde da comunidade, participação da comunidade nos processos decisórios, condições ambientais etc.).
Incubadoras	estimulam e fornecem condições ideais para o desenvolvimento de determinado produto, técnica ou tecnologia (plataformas digitais, canais de comunicação, páginas eletrônicas/sites, projetos de intervenção, projetos culturais, protótipos etc.).
Núcleos de estudos	desenvolvem estudos e pesquisas, promovem fóruns de debates sobre um determinado tema de interesse e disseminam conhecimentos por meio de eventos — seminários, palestras, encontros, colóquios —, publicações, campanhas etc. (juventudes, diversidades, sexualidade, mulher, juventude e trabalho etc.).

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

É importante avaliar que os métodos das Unidades Curriculares são muito semelhantes aos apresentados pelos autores da área do ensino do empreendedorismo. Encontra-se também similaridade com relação a preocupação com o desenvolvimento de habilidades e competências, como apresentado em relação aos métodos do Quadro 1.

Outro ponto relevante ao tema da educação empreendedora e sua conexão com a teoria do empreendedorismo, qual seja, a presença de vários métodos que não colocam o professor como disseminador do conhecimento e sim um facilitador.

Não raro, o professor torna-se uma figura de mediação com capacidade de organizar o desenvolvimento do aprendizado através de um conjunto de práticas como seminários, debates, apreciação de filmes e vídeos, grupos de discussão e sugestão de leituras.

O desenvolvimento organizacional, tanto da perspectiva do professor quanto da direção da escola, deve ser de fato compreendido para que o trabalho de apoio à mediação e organização de tarefas auxiliares, como citadas acima, sejam viáveis operacionalmente.

Outros métodos indicados colocam o professor como um articulador diplomático para a viabilização de práticas interativas com outras instituições como visitas à empresas, participação em feiras de segmentos empresariais, em eventos acadêmicos de associações acadêmicas, jogos de empresas e simulações.

Dentre as habilidades e competências estão o desenvolvimento das capacidades de comunicação escrita e oral, compreensão do funcionamento dos mercados, análise de risco, autonomia, capacidade crítica e criativa, capacidades gerenciais e de relacionamento interpessoal e outras (Rocha & Freitas, 2014).

ESTRUTURA

Serão considerados nesta seção, estrutura física e estrutura administrativa, nesta ordem, buscando investigar quais as opções que melhor atendem os requisitos de um ensino técnico com impacto no empreendedorismo.

Estruturas físicas

Como consta no site de Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), no que se refere aos cursos de técnico em agropecuária, agroindústria e agronegócio, todos tem como obrigação a infraestrutura mínima necessária de, Biblioteca com acervo físico ou virtual específico e atualizado, além de laboratórios, como Laboratório de Informática, Laboratório de Biologia e no caso do técnico em Agropecuária, inclusive unidades didáticas de produção animal, vegetal, mecanização, armazenamento e beneficiamento agroindustrial.

Segundo o MEC, a formação técnica profissional busca o desenvolvimento de mão de obra qualificada através da perspectiva da formação humana integral, unindo trabalho manual e intelectual, ou

seja, busca além da teoria, oportunidades práticas, daí a justificativa para a necessidade de infraestrutura, muito semelhante as premissas do ensino do empreendedorismo, que ressaltam a importância da prática também (Lima et al., 2014; Dolabela & Filion, 2013).

Partindo além do mínimo regulamentado, encontram-se sugestões de outras estruturas que ajudam as instituições a alcançarem os objetivos do ensino técnico e auxiliam no desenvolvimento das habilidades empreendedoras.

Uma estrutura auxiliar, encontrada em colégios técnicos no Brasil ou Institutos Federais é aquela relativa ao desenvolvimento profissional e acompanhamento de carreiras, que têm como objetivo orientar e desenvolver as capacidades e habilidades necessárias ao convívio social, formação pessoal e profissional para enfrentar e atender aos desafios.

Através de estruturas auxiliares como esta, é possível preparar melhor o aluno para o mercado de trabalho, através de orientação e acompanhamento das possibilidades de carreiras, desenvolvendo capacidades como autonomia, planejamento e principalmente desenvolvendo o projeto de vida, tópico extremamente importante para a BNCC.

Em termos de ilustração de atividades para as estruturas auxiliares, a elaboração de um currículo profissional, a gestão de redes sociais de trabalho, como LinkedIn e outros meios com foco na apresentação do conteúdo dos futuros egressos criam um elo entre o estudo presente e o desafio futuro imaginado. As capacidades de comunicação escrita e relacionamento interpessoal apresentam-se no momento presente como um laboratório para o desenvolvimento intelectual e de convívio social aprimorado.

Uma segunda estrutura consiste em um centro que reúna elementos ou conteúdos relativos a tecnologia e inovação, um espaço físico em que os alunos da instituição possam se reunir para debater ideias de novos negócios, com apoio de tutores que auxiliem o desenvolvimento de projetos.

As incubadoras muito recomendadas na literatura do empreendedorismo (Gimenez et al., 2014; Oliveira & Barbosa, 2014; Rocha & Freitas, 2014; Marinho, 2016) e estão presentes em algumas instituições que oferecem ensino técnico e tecnológico.

Esses espaços são relevantes para a conexão de alunos com o mundo do trabalho e a obtenção de experiências que podem funcionar como “tutores” sem tanta formalidade em termos programáticos.

Como apresentado no Quadro 1, a prática de Incubadora está elencada como exemplo de Unidade Curricular, uma vez que estimulam e oferecem condições para o desenvolvimento de ideias e protótipos, além de cumprirem um papel fundamental dentro da BNCC de estimular o aluno a interagir com o meio em que vive e utilizar de sua experiência própria para desenvolver conhecimentos.

Shu, Ren e Zheng (2018), propõe que as incubadoras devem ser pensadas como uma pirâmide de 3 etapas. A base é formada pelas estruturas e departamentos da instituição de ensino, em que os alunos terão acesso e deverão utilizar para desenvolver seus projetos. O corpo

é formado por espaços físicos e eventos realizados pela instituição que permite integração entre empresas da área com os alunos, apresentando e trabalhando projetos interdisciplinares com auxílio de especialistas. Por fim, o topo da pirâmide fica reservado para equipes que estão em uma fase de desenvolvimento mais avançada, que terão muitos contatos com empresas e indústrias da região para desenvolver seus projetos, é a última etapa que prende uma startup a universidade.

Estrutura administrativa

O primeiro aspecto a ser levado em conta em relação a estrutura administrativa, são as escolhas em relação ao curso oferecido e suas experiências. Mais uma vez consultando o CNCT, verificou-se que não há obrigatoriedade de realização de estágio curricular para os cursos da área do agronegócio, logo uma primeira sugestão seria a adoção, por parte da instituição de ensino, de incluir essa atividade em seu planejamento.

Um segundo aspecto que deve ser considerado é em relação ao corpo docente, pois ele é crucial para se atingir os objetivos da educação empreendedora (Seikkula-Leino et al 2008).

Lima et al. (2014) sugere que a instituição deve buscar e estimular a contratação e formação de professores que possam conciliar a formação acadêmica com a experiência prática empreendedora, podemos adicionar a esta sugestão também a experiência prática na área técnica em que atua.

O perfil do professor em si, como apresentado anteriormente, também é uma preocupação, Tschá e Cruz Neto (2014) descrevem que os professores devem esquecer a antiga função de centralizador de conhecimento e passar a atuar como, líderes, conselheiros e mediadores. Hashimoto (2013) coloca que a relação entre professor e aluno deve ser de troca de experiências e vivências, em abordagens dinâmicas e bilaterais e o autor ressalta, que a formação deste profissional é imprescindível para alcançar tal objetivo.

Shu, Ren e Zheng (2022) propõem, que deve ser criada uma equipe para o desenvolvimento das competências empreendedoras, que envolva uma parte interna, sendo essa os professores e uma parte externa composta por quatro perfis, técnicos especializados, empreendedores, administradores de empresas e artesãos com grande experiência.

No aspecto das experiências e da relação entre a instituição de ensino e a sociedade, a promoção da educação empreendedora deve ser construída de forma entrelaçada, com aspectos internos e externos coordenados pela escola e as especialidades governamentais, empresariais de diversos setores (Liu et al., 2021).

Logo, é preciso refletir sobre a estrutura administrativa pode incentivar e propiciar essa ligação entre a sociedade acadêmica e a sociedade externa, de modo a promover essa troca de experiências tão bem avaliada pela literatura.

Um bom começo é colocar em contato pessoas já inseridas no mercado de trabalho, ocupando as mais diversas posições, com os

alunos, através de convites para palestras, debates e discussões, como proposto Rocha e Freitas (2014). Essa é uma primeira boa opção, pois os custos envolvidos são menores assim como a complexidade logística, não exigindo nenhum grande auditório, instalações de som, etc.

Caso seja possível, pode-se evoluir essas conversas avulsas para oficinas e palestras, como um evento acadêmico, técnico ou tecnológico, pode-se buscar parcerias mais duradouras com empresas, seja para estágios ou apenas para troca de experiências.

Essas primeiras ideias, utilizam o espaço físico da instituição de ensino para promover esses eventos, porém deve-se também levar em consideração a possibilidade de atividades extra campus, como visitas a empresas, indústrias, plantações e unidades produtivas.

Eventos acadêmicos como o SGAgro promovido pela UNESP de Jaboticabal, possibilitam disseminação de conhecimento específico da área, através de palestras, oficinas e apresentações de trabalhos acadêmicos, envolver alunos do ensino técnico neste tipo de evento, permite que eles presenciam como é o ambiente acadêmico, quais as tendências e tecnologias que estão em desenvolvimento e o contato com profissionais da área em que ele está inserido.

Outros eventos que sem dúvidas servem de grande oportunidade, são as Exposições Agropecuárias (EXPOAGRO) e Feiras Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (Agrishow), que tem conteúdo de uma série de áreas do agronegócio, com exposição de produtos de alta tecnologia, novos serviços, grandes empresas do mercado e várias outras oportunidades.

Shu, Ren e Zheng (2018) elenca os agentes da sociedade que são possíveis parcerias e que devem ser levados em conta quando desenvolvendo relações interinstitucionais: **Governo local:** pode promover subsídios, financiamentos e parcerias de cooperação tecnológica; **Novos usuários de produto:** podem auxiliar em pesquisas de mercado e levantamento de pontos de melhoria para projetos; **Universidades e Institutos de Pesquisa:** tem por natureza um espírito inovador e estão à frente dos avanços tecnológicos e acesso a indústria, pode servir para cooperação tecnológica e também como exemplo; **Parceiros Industriais:** permite acesso às reais demandas da indústria, favorece a troca de experiências entre equipes; **Instituições Financeiras:** pode agregar com informações quanto a economia local e políticas fiscais, podem também ser um possível financiador dos projetos; **Intermediários:** atuam fazendo a ponte entre as instituições, fazem o network e conectam as necessidades de ambos.; **Comércios:** podem auxiliar na obtenção de matéria prima e parcerias de distribuição de materiais; **Mídia:** torna relevante os avanços e projetos desenvolvidos na instituição, de modo a atrair interessados para parcerias e investimentos.

Finalizando a parte da estrutura administrativa, pode-se também considerar organizações estudantis, sejam elas clubes, grupos de estudo, atléticas ou empresas júniores. Através dessas instituições anexas à instituição de ensino, os alunos poderão se organizar, exercer a liderança e a responsabilidade no mesmo tempo, lugar e com as

pessoas envolvidas na construção pedagógica das percepções e visões de mundo.

O funcionamento prático de uma organização, ou seja, sua rotina constitui-se no próprio campo de trabalho para que jovens tenham a oportunidade de aprendizado consistente, através da prestação de contas, marketing, captação de recursos e organização estratégica.

Ainda melhor seria, se a gestão da instituição idealizasse mecanismos para que representantes dos estudantes participasse de conselhos administrativos, da discussão orçamentária, acompanhamento da elaboração de plano estratégico plurianual, do plano pedagógico, criando uma relação diferente com os administradores. Esse meio de trabalho pode acolher com maior consistência as intenções e preocupações dos alunos que ali estudam com seu próprio futuro.

CONCLUSÃO

As discussões em relação ao ensino, em especial em relação a educação empreendedora ganharam palco recentemente, impulsionadas pelas reformas nas bases educacionais do país e principalmente na reforma do ensino médio, que apresenta como um de seus eixos estruturantes o Empreendedorismo.

Ainda que a discussão sobre o desenvolvimento de habilidade e competências tenha sido apresentado com maior ênfase nesta reforma, este tópico vem sendo ponto de discussão a tempos no campo da educação empreendedora. Esse aspecto que rompe com a característica tecnicista da educação do passado, é reafirmado através das expectativas e demandas do mundo do trabalho, que atualmente tem mais espaço para pessoas com capacidades sociemocionais, liderança e criatividade.

Como apresentado na introdução, a hipótese do trabalho é de que para completo desenvolvimento do aluno em direção a essas habilidades e competências, é necessário além de um documento norteador como a BNCC, estruturas que permitam os estudantes terem acesso as orientações necessárias, contato com a sociedade e o mundo do trabalho, bem como a oportunidade de exercerem um papel ativo em sua formação.

Através das investigações feitas por este trabalho, são destacadas três principais contribuições em relação aos aspectos organizacionais de instituições de ensino que buscam desenvolver habilidades empreendedoras em seus alunos.

O primeiro deles é quanto às características das metodologias de ensino para o empreendedorismo; É recorrente na literatura a recomendação da prática, dando oportunidade para o aluno executar e transformando o erro em um exemplo de aprendizagem e não um indicador de falha. As simulações e trocas de experiências também são exemplos de metodologias coerentes com o propósito do ensino empreendedor, permitir que alunos e professores interajam, trazendo seus conhecimentos e experiências de mundo, consequentemente diversas visões e possibilidades, agregando ainda mais a aprendizagem.

Segundo é quanto à constituição do corpo docente, da necessidade de buscar integrantes multidisciplinares, com experiência não só em educação, mas também nas áreas técnicas e experiência com empreendedorismo. Somada a essa característica em relação a formação dos professores, é ressaltada também a importância do professor reconhecer seu papel como mediador e promotor de oportunidades, sempre buscando inserir o aluno como sujeito ativo do processo de aprendizagem e não passivo.

A última contribuição é quanto a importância de se oferecer oportunidades para os alunos vivenciarem experiências, seja por meio de estruturas físicas internas, como quadras, laboratórios, salas de estudos, espaços para reuniões, ou então setores auxiliares dentro da instituição, como centro de carreiras, coordenação de estágios, setor de eventos e relações públicas, grêmios estudantis, etc.

Pode-se ainda destacar, nos aspectos das oportunidades de vivência, as parcerias com instituições externas, como prefeituras, universidades, ONGs, empresas, imprensa, e também comparecimento a eventos acadêmicos, feiras de inovação, workshops e palestras.

É evidente que a aplicação destas recomendações, assim como outras recomendações apresentadas por outros autores em relação a educação empreendedora, enfrenta algumas barreiras como mão de obra capacitada, insuficiência de verbas, dificuldades jurídicas entre outras, aspectos que podem ser considerados como desafios a serem superados.

Pensando na continuidade deste ramo de pesquisa, voltado as práticas e métodos da educação empreendedora, pesquisas futuras poderiam avaliar melhor o impacto das estruturas organizacionais, relacionando-as com a empregabilidade dos egressos, abertura de empreendimentos e a própria avaliação dos estudantes em relação a experiência.

Outro ponto que é trazido a discussão por muitos autores, é que ainda que as pesquisas na área da educação empreendedora estejam apresentando grande crescimento, existem limitações para a discussão, uma vez que há falta de pesquisas empíricas, capazes de uma mensuração dos impactos da educação empreendedora na formação dos alunos.

REFERÊNCIAS

- Afriyie, N., & Boohene, R. (2014). Entrepreneurial education and entrepreneurial culture among university of cape coast students in Ghana. *Athens Journal of Education*, 1(4), 309-321.
- Al-Lawati, E. H., Kohar, U. H. A., & Suleiman, E. S. (2022). Entrepreneurial culture in educational institutions: A scoping review. *Cogent Business & Management*, 9(1), 1997237.
- Artoni, C. B. (2012). Relação entre perfil socioeconômico, desempenho escolar e evasão de alunos: Escolas do Campo e Municípios Rurais no Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo.
- Bani-Mustafa, A., Toglaw, S., Oualid, A., & Nimer, K. 2021. Do Individual Factors Affect the Relationship between Faculty Intrapreneurship and the Entrepreneurial Orientation of Their Organizations? *Economies*, 9(4), 199.
- Base Nacional Comum Curricular. (2018). Brasília, DF: Ministério da Educação. Recuperado de <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>
- Bierwerth, M., Schewns, C., Isidor, R., & Kabst, R. (2015). Corporate Entrepreneurship and Performance: A Meta-Analysis. *Small Business Economics*, 45, 255–78. <https://link.springer.com/article/10.1007/s11187-015-9629-1>
- Boon, J., Van Der Klink, M., & Janssen, J. 2013. Fostering Intrapreneurial Competencies of Employees in the Education Sector. *International Journal of Training and Development*, 17, 210–20. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/ijtd.12010>
- Chandler, G. N., & Hanks, S. H. (1998). An examination of the substitutability of founders human and financial capital in emerging business ventures. *Journal of business venturing*, 13(5), 353-369.
- Coon, D. (2004). *Introduction to Psychology* (9a ed.). Minneapolis: West Publishing Company.
- Davidson, P., & Honig, B. (2003). The role of social and human capital among nascent entrepreneurs. *Journal of Business Venturing*, 18(3), 301-331.
- Deveci, Í. (2021). Review of Entrepreneurship Education Literature in Educational Contexts: Bibliometric Analysis. *Participatory Educational Research*, 9(1), 214-232.
- Deveci, Í., & Seikkula-Leino, J. (2018). A review of entrepreneurship education in teacher education. *Malaysian Journal of Learning and Instruction*, 15(1), 105-148.
- Dolabela, F. (2008). *Oficina do Empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza*. Rio de Janeiro: Sextante.

- Dolabela, F., & Fillion, L. J. (2013). Fazendo revolução no Brasil: a introdução da pedagogia empreendedora nos estágios iniciais da educação. *Iberoamerican Journal of Entrepreneurship and Small Business*, 2(3), 134-181.
- Drucker, P. (1985). *Innovation and Entrepreneurship Practices and Principles*. New York: Harper & Row. References - Scientific Research Publishing.
- Educação Profissional e Tecnológica (EPT). (2018). Portal do MEC. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20profissional%20e%20tecnol%C3%B3gica,e%20na%20vida%20em%20sociedade>
- Fillion, L. J. (1999). Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. *Revista de Administração*, 34(2), 5-28.
- Gawke, J. C., Gorgievski, M. J., & Bakker, A. B. (2017). Employee Intrapreneurship and Work Engagement: A Latent Change Score Approach. *Journal of Vocational Behavior*, 100, 88-100.
- Gerhardt, T., & Silveira, D. (Org.). (2009). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS.
- Gianotti, F., & Silva, F. G. (2019). O desenvolvimento do empreendedor através da educação empreendedora. In *IV Simpósio em Gestão do Agronegócio* (pp.1-14). 2019, Jaboticabal, SP: Unesp.
- Gimenez, F. A.P., Camargo, E. C., Moraes, A. D. L., & Klosowski, F. (Org.). (2014). *Educação para o empreendedorismo*. Curitiba: Agência de Inovação UFPR.
- Haase, H.; Lautenschläger, A. (2011). The 'teachability dilemma' of entrepreneurship. *International Entrepreneurship and Management Journal*, 7, 145-162.
- Hashimoto, M. (2013). *Centros de empreendedorismo no Brasil*. São Paulo: SEBRAE.
- Huq, A., & Gilbert, D. (2017). All the world's a stage: transforming entrepreneurship education through design thinking. *Education + Training*, 59(2), 155-170.
- Jabeen, F., Katsioloudes, M. N., & Katsioloudes, M. (2017). Entrepreneurial mindset and the role of universities as strategic drivers of entrepreneurship: Evidence from the United Arab Emirates. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 24(1), 136-157.
- Karimi, S., Chizari, M., Biemans, H. J., & Mulder, M. (2010). Entrepreneurship education in Iranian higher education: The current state and challenges. *European Journal of Scientific Research*, 48(1), 35-50

- Kenworthy, T. P., & McMullan, W. E. (2018). In consideration of entrepreneurship theory. *Scientometrics*, 115(2), 767-783. <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-018-2699-5>
- Kirzner, I. M. (1973). *Competition and Entrepreneurship*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Klein, P. G. (2008). Opportunity Discovery, Entrepreneurial Action, and Economic Organization. *Strategic Entrepreneurship Journal*, 2(3), 175-190. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/sej.50>
- Kowang, T. O., Apandi, S. Z. B. A., Hee, O. C., Fei, G. C., Saadon, M. S. I., & Othman, M. R. (2021). Undergraduates entrepreneurial intention: Holistic determinants matter. *International Journal of Evaluation and Research in Education*, 10(1), 57-64.
- Landström, H. (1999). The roots of entrepreneurial research. *New England Journal of Entrepreneurship*, 2(2), 9-20.
- Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. (2017). Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: MEC. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm
- Lima, E., Hashimoto, M., Melhado, J., & Rocha, R. (2014). Brasil: em busca de uma educação superior em empreendedorismo de qualidade. In F. A.P. Gimenez, E. C. Camargo, A. D. L. Moraes, & F. Klosowski. (Org.). *Educação para o empreendedorismo* (pp.128-149). Curitiba: Agência de Inovação UFPR.
- Lima, E., Lopes, R. M. A., Nassif, V. M. J., & Silva, D. (2015). Ser seu próprio patrão? Aperfeiçoando-se a educação superior em empreendedorismo. *Revista de Administração Contemporânea*, 19, 419-439. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rac/a/cz5wM3ZM5J9VrfyFKYvSZqG/abstract/?lang=pt>
- Liu, R., Huo, Y., He, J., Zuo, D., Qiu, Z., & Zhao, J. (2021). The Effects of Institution-Driven Entrepreneurial Education in Chinese Universities: A Qualitative Comparative Analysis Approach. *Front. Psychol*, 12, 719476. <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2021.719476/full>
- Lopes, R. M.A. (2010). Referenciais para educação empreendedora. In R. M.A. LOPES (Org.). *Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas* (pp.17-44). Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: SEBRAE.

- MALHEIROS, R. C. C., FERLA, L. A., & CUNHA, C. J. C. A. (2003). Viagem ao mundo do empreendedorismo. Florianópolis: Instituto de Estudos Avançados.
- Marinho, E. S. (2016). Processo de incubação, características empreendedoras e aprendizagem empreendedora: uma perspectiva interativa. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Públicas). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. Recuperado de <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/4778>
- Marra, B. M., Albrecht, L. P., & Souza, L. F. (2014). Criando soluções tecnológicas. In F. A.P. Gimenez, E. C. Camargo, A. D. L. Moraes, & F. Klosowski. (Org.). Educação para o empreendedorismo (pp.98-108). Curitiba: Agência de Inovação UFPR.
- McClelland, D. C. (1961). The achieving society. Princeton, N. J.: Van Nostrand.
- Meyer, N., & Surujlal, B. (2018). Placing South Africa in the global entrepreneurship arena: A European country comparison. In 31st International Business Information Management Association Conference (IBIMA). Milan, Italy: International Business Information Management Association (IBIMA).
- Miller, D. (1983). The correlates of entrepreneurship in three types of firms. *Management Science*, 29(7), 770–792.
- Mukhtar, S., Wardana, L. W., Wibowo, A., Narmaditya, B. S., & Cheng, M. (2021). Does entrepreneurship education and culture promote students' entrepreneurial intention? The mediating role of entrepreneurial mindset. *Cogent Education*, 8(1), 1918849. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/2331186X.2021.1918849>
- Nassif, V. M. J., Amaral, D. J., & Prando, R. A. (2012). A universidade desenvolve competências empreendedoras? Um mapeamento das práticas de ensino numa universidade brasileira. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 13(3), 597-597.
- Neck, H. M., & Corbett, A. C. (2018). The scholarship of teaching and learning entrepreneurship. *Entrepreneurship Education and Pedagogy*, 1(1), 8-41. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2515127417737286>
- Nielsen, J. E., Babi, V., Stojanović-Aleksić, V., & Nikolić, J. (2019). Driving Forces of Employees' Entrepreneurial Intentions-Leadership Style and Organizational Structure. *Management: Journal of Sustainable Business and Management Solutions in Emerging Economies*, 24, 59.
- Oliveira, J., & Barbosa, M. L. Processo de seleção de pré-incubação: sob a batuta da subjetividade. In F. A.P. Gimenez, E. C. Camargo, A. D. L. Moraes, & F. Klosowski. (Org.). Educação para o empreendedorismo (pp.81-97). Curitiba: Agência de Inovação UFPR.

- Reynolds, P. D. (1992). Sociology and Entrepreneurship: concepts and contributions. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 16(2), 47-70. Recuperado de <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/104225879201600205>
- Rocha Júnior, C. J. G., & Cabral, R. M. (2016). O Processo de Transição de Empreendimentos Rurais Tradicionais para as Agroindústrias Associativas no Estado de Pernambuco: Desafios para Construir Competências Empreendedoras. *Gestão & Regionalidade*, 32(94), 68-83.
- Rocha, E. L. C., & Freitas, A. A. F. (2014). Avaliação do Ensino de Empreendedorismo entre Estudantes Universitários por meio do Perfil Empreendedor. *RAC*, 18(4), 465-486.
- Rotter, J. B. (1966). Generalized expectancies for internal versus external control of reinforcement. *Psychological Monographs: General and Applied*, 80(1), 1-28. <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fh0092976>
- Schaefer, R., & Minello, I. F. (2016). Educação empreendedora: premissas, objetivos e metodologias. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 10(3). e-ISSN: 1982-2596.
- Schumpeter, J. A. (1934). *The Theory of Economic Development*. Cambridge: Harvard University Press.
- Seikkula-Leino, J., Ruskovaara, E., Ikavalko, M., Mattila, J., & Rytkola, T. (2008). Promoting entrepreneurship education: the role of the teacher? *Educ. Train.*, 52, 117–127.
- Shane, S., & Venkataraman, S. (2000). The promise of entrepreneurship as a field of research. *Academy of Management Review*, 25(1), 217-226.
- Shu, R., Ren, S., Zheng, Y. (2018). Building Networks into Discovery: The link between entrepreneur network capability and entrepreneurial opportunity discovery. *Journal of Business Research*, 85, 197-208.
- Simpeh, K. N. (2011). Entrepreneurship theories and Empirical research: a summary review of the literature. *European Journal of Business and Management*, 3(6), 1-10.
- Sommarström, K., Oikkonen, E., & Pihkala, T. (2020). Entrepreneurship education–paradoxes in school–company interaction. *Education + Training*, 62(7/8), 933-945.
- Stevenson, H., & Harmeling, S. (1990). Entrepreneurial management 's need for a more “chaotic” theory. *Journal of Business Venturing*, 5(1), 1-14.
- Tomei, P. A., & Souza, D. A. A. L. (2014). Análise das barreiras que dificultam a transformação do agricultor familiar em empreendedor rural no contexto brasileiro. *Revista Ibero-americana de Estratégia*, 13(3), 107-122.

Tschá, E. R., & Cruz Neto, G. G. Empreendendo Colaborativamente Ideias, Sonhos, Vidas e Carreiras: o caso das células empreendedoras. In F. A.P. Gimenez, E. C. Camargo, A. D. L. Moraes, & F. Klosowski. (Org.). Educação para o empreendedorismo (pp.65-80). Curitiba: Agência de Inovação UFPR.

Notas de autor

¹ Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil.

¹ Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil.

elton.eustaquio@unesp.br

Información adicional

Como citar: Brusco, E. M., Casagrande, E. E. (2023). Ensino técnico e ensino do empreendedorismo: Uma investigação das influências das estruturas organizacionais. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 16(35), e18773. <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v16i35.18773>

Contribuições dos Autores: Brusco, E. M.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; Casagrande, E. E.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual. Todos os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.